

JORNALISMO E SOCIEDADE: AS CONCEPÇÕES DE AMAZÔNIA NOS DISCURSOS DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS AMAZÔNIA REAL

JOURNALISM AND SOCIETY: THE AMAZON RAINFOREST CONCEPTIONS IN THE DISCOURSE FROM THE AMAZÔNIA REAL NEWS AGENCY

Fernanda Salvo¹

Miguel Felipe França Rodrigues²

Resumo: Neste artigo, nosso propósito é observar os discursos criados a respeito da Amazônia pelo jornalismo, com especial atenção à produção da agência de notícias *Amazônia Real*. Para contextualizar nossa reflexão, iniciaremos o artigo recapitulando o modo como, historicamente, a Amazônia foi caracterizada pelo olhar exógeno de exploradores e colonizadores europeus, que propuseram os primeiros discursos e imagens sobre a região. Em seguida, abordaremos a relação intrínseca que o jornalismo mantém com a sociedade, convertendo-se em importante dispositivo de conhecimento, responsável pela instauração de discursividades na vida social. Por último, recuperaremos algumas visões homogeneizantes a respeito da Amazônia reiteradas pelo jornalismo hegemônico, para, logo após, comentar as concepções de Amazônia que emergem nos discursos da agência *Amazônia Real*.

Palavras-chave: Amazônia; Sociedade; Jornalismo, Valores-notícia, Discursividades.

Abstract: In this article, our purpose is to observe the discourse created about the Amazon Rainforest by journalism, with special attention to the productions from *Amazônia Real* news agency. To contextualize our reflection, we will start the article recapping the way how, historically, the Amazon Rainforest has been characterised by the exogenous perspective of the European explorers and colonizers, whom purposed the first speeches and images from this region. Then we will discuss the intrinsic interface between journalism and society, commuting as an important knowledge device, accountable for the establishment of rhetorics in social life. Finally, we will recover some views about the Amazon Rainforest reforced by

1 Fernanda Salvo - Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre (Ufac). Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2 Miguel Felipe França Rodrigues. Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Possui bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre.

the hegemonic journalism, to, shortly after, comment on the conceptions that comes out from the *Amazônia Real* News Agency discourse.

Keywords: Amazon Rainforest; Society; Journalism; News-values; Rhetorics.

INTRODUÇÃO

Desde o século XV, crônicas, cartas, relatos, relatórios e informes de viagem de exploradores europeus constituíram discursivamente o espaço amazônico. Ao longo do tempo, as diferentes narrativas criadas a respeito do imenso território que envolve oito países³ e abriga a maior biodiversidade ambiental do planeta estiveram invariavelmente associadas a relações de dominação e poder vigentes em momentos históricos distintos.

Nesse início de século XXI, a Amazônia confirma sua importância geopolítica mundial, despertando a atenção de países e instituições internacionais, interessados na “apropriação do que os grupos de ecologistas e ambientalistas chamam hoje de *capital natural* ou *capital intangível* [...]” (AMIN, 2015, p. 22). Não por acaso, no âmbito nacional, é acirrada a disputa pelo poder de significar a Amazônia. Nesse cenário, a mídia desponta como agente central da arena pública conflituosa onde vários atores, campos e organizações coexistem confrontando, reafirmando, sobrepondo e redefinindo concepções sobre a Amazônia.

Neste artigo, nosso propósito é observar os discursos criados a respeito da Amazônia pelo jornalismo, com especial atenção à produção da agência de notícias *Amazônia Real*, de Manaus. Nosso interesse se justifica porque o veículo lança perspectiva singular na abordagem da Amazônia. Sua cobertura privilegia, exclusivamente, assuntos relativos à região, com prioridade para questões ligadas aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos — escolhas que interferem de maneira definitiva sobre os valores-notícia, os enquadramentos jornalísticos e as produções de sentido das reportagens.

Para contextualizar nossa reflexão, iniciaremos o artigo recapitulando o modo como, historicamente, a Amazônia foi caracterizada pelo olhar exógeno de exploradores e colonizadores europeus, que propuseram os primeiros discursos e imagens sobre a região. Em seguida, abordaremos a relação intrínseca que o jornalismo mantém com a sociedade, convertendo-se em importante dispositivo de conhecimento, responsável pela instauração de discursividades na vida social. Por último, recuperaremos algumas visões homogeneizantes à respeito da Amazônia reiteradas pelo jornalismo hegemônico, para, logo após, comentar as concepções de Amazônia que emergem nos discursos da agência *Amazônia Real*.

Este trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica *Entre imagens e alteridades: um estudo sobre as representações amazônicas em narrativas jornalísticas*, que faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Ufac, de 2020/2021.

3 Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, cobrindo uma área calculada em 5.500.000 km².

AMAZÔNIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O OLHAR EXÓGENO DOS COLONIZADORES

Ana Pizarro (2012) afirma que, historicamente, a Amazônia foi concebida pelo olhar exógeno dos colonizadores, viajantes, exploradores, missionários, naturalistas e cientistas europeus. Na sua chegada ao Novo Mundo, os principais conquistadores — portugueses e espanhóis — trouxeram consigo um imaginário constituído pela Antiguidade Greco-latina e foi a partir de suas referências que começaram a nomear, ou melhor, constituir discursivamente o espaço amazônico. Desse modo, do século XV à primeira metade do século XIX, as crônicas, cartas, relatos, relatórios e informes conformados pelo olhar estrangeiro definiram o imaginário sobre a Amazônia.

Segundo Pizarro, a perspectiva do invasor expressou sua relação com o mundo natural. Desde os exploradores e viajantes aos cientistas e naturalistas, passando pelas expedições missionárias, as formulações sobre a Amazônia foram recobertas de aspectos fantasiosos. Os europeus, oriundos de uma cultura medieval, permeada pelo obscurantismo inquisitorial, projetaram sobre o novo território e seus povos as referências encontradas em sua própria cultura. Nos relatos, realidade e ficção ganharam a mesma importância, já que os colonizadores seguiram nomeando tudo o que fosse novo com base em modelos pré-existentes no contexto imagético histórico.

Dentre os vários discursos formadores da Amazônia, Ana Pizarro destaca três que se fixaram no imaginário social ao longo dos séculos, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje: a viagem de Francisco de Orellana, contada a partir das crônicas de Frei Gaspar de Carvajal; a expedição de Pedro de Urzúa; e a crônica de viagem de Pedro Teixeira. Esses discursos apresentaram as três figuras básicas do imaginário sobre a Amazônia: Eldorado, Amazonas e o Maligno. A partir dessas ideias, foram forjadas as primeiras imagens sobre a Amazônia.

Tais figurações discursivas não seriam jamais esquecidas, mas remodeladas, reconstituídas e recontadas posteriormente, inclusive, nos relatos dos naturalistas, que viriam a ser os novos exploradores da Amazônia. O olhar endereçado pelos naturalistas manteve o padrão eurocêntrico, buscando matizar a superioridade daqueles que deveriam levar o progresso a lugares “não civilizados”, distantes e destituídos de cultura própria. Em essência, tais posicionamentos eram positivistas e discriminatórios e dariam sustentação ao mito de que a Amazônia é um espaço sem história, um vazio a ser preenchido, um lugar a ser explorado.

Como observa Otávio Ianni (1979), nos anos 1970, o governo brasileiro adotou, similarmente, uma política sistemática e ativa de colonização da Amazônia. Visando resolver os novos antagonismos e tensões sociais do Nordeste e da própria Amazônia, os militares criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como o próprio nome indica, o objetivo do Instituto era executar e organizar a reforma agrária na Amazônia, pois, na visão do governo, a região seria um local vazio, carente de segurança e desenvolvimento. Segundo Ianni:

É verdade que sempre houve, na ideologia dos governantes a ideia de «vazio demográfico» «vazio econômico» ou região a ser efetivamente ocupada pelo «poder nacional». Sob o aspecto da geopolítica que fundamenta a doutrina de segurança e desenvolvimento, os indígenas, sitiados, seringueiros e posseiros dispersos na Amazônia poderiam ser tentados por «inimigos da pátria». Além do mais, em 1970 o Nordeste se revelava, de novo, uma região com problemas sociais insolúveis. E a solução mais cômoda para o governo nacional e as classes dominantes no Nordeste era a transferir para a Amazônia as populações «famintas», «angustiadas», «desassistidas», «flageladas» (...). (IANNI, 1979, p. 48).

Durante a ditadura militar no Brasil, a grande imprensa colaborou para endossar o discurso oficial, reiterando a visão homogeneizante sobre a região amazônica. Pouco se falou sobre a devastação da floresta, sobre o genocídio perpetrados contra centenas de etnias e culturas, ou sobre os deslocamentos forçados das mais diversas populações. Somente nos anos 1980 a mídia hegemônica substituiria o discurso do progresso pelas denúncias contra o desmatamento e a destruição, com a voga ambientalista (BUENO, 2002).

JORNALISMO E SOCIEDADE: DA PERSPECTIVA DISCURSIVA À “CONSTRUÇÃO” DA REALIDADE

O jornalismo mantém relação inextricável com a sociedade. As práticas comunicativas que ele instaura são constituidoras da vida social, e, ao mesmo tempo, constituídas por elas. As narrativas que o jornalismo produz se inserem no terreno da experiência, suscitando disputas políticas e discursivas que inscrevem aspectos cruciais do presente. Como reforçam João Freire Filho e Maria das Graças Coelho:

O jornalismo — em seus variados formatos, gêneros e nichos — revela práticas sociais e, ao mesmo tempo, intervém na dinâmica da cultura. Assim, ao constituir-se pela relação entre discurso e sociedade, o jornalismo se mostra como um campo em constante revisão e atualização, em que a expressão de emoções e de valores morais, sociais ou políticos promove tensões e disputas, próprias da ordem do discurso (FILHO e COELHO, 2014, p. 7).

Christa Berger e Charles Florczak Almeida (2014) ressaltam que o jornalismo, em sua vocação de relatar o factual, o imediato e o episódico, produz saberes sobre seu tempo, convertendo-se em “dispositivo de conhecimento”. Ao reconstituir em narrativas os acontecimentos do cotidiano, o jornalismo “inscreve-se na atualidade como acontecimento e como saber sobre ele” (BERGER e ALMEIDA, 2014, p. 122).

Berger e Almeida retomam as formulações de Robert Park, sociólogo e jornalista entre os anos 1920 e 1930, para destacar a maneira como as narrativas jornalísticas manifestam uma compreensão histórica. Em seus estudos, Park identificou dois tipos de conhecimento concernentes ao jornalismo:

O conhecimento familiar (*acquaintance with*), como um saber intuitivo, não sistemático, do senso comum e o conhecimento das coisas (*knowledge about*), um

conhecimento formal, que alcança um tipo de exatidão por obedecer a algum método ao efetuar a observação. Os dois tipos de conhecimento são de natureza diferente, mas não estranhos entre si, pois constituem juntos, diz Park, um *continuum*. É nesse *continuum* que a notícia se insere (BERGER e ALMEIDA, 2014, P. 123).

Segundo Park, “publicada e reconhecida sua significação, o que era notícia se transforma em História” (PARK, 1976, p. 174). Para Berger e Almeida tal definição parece bastante pertinente, e explica o uso feito por muitos cientistas sociais dos materiais noticiosos para embasar seus estudos e teorias sociológicas. Todavia, ponto fulcral a destacar nas proposições de Berger e Almeida, a partir dos escritos de Park, é a importância que os autores concedem à mediação cultural exercida pelo jornalismo: “O registro público da existência de determinado acontecimento e o enquadramento jornalístico que lhe é dado interliga a atualidade dos fatos ocorridos no mundo ao tempo presente, em sentido histórico” (BERGER e ALMEIDA, 2014, p. 123). Ou seja, no campo comunicacional, entre a vida cotidiana e a História, medeia o trabalho do jornalista, que faz recortes do real, produz enquadramentos e formas de narrar os acontecimentos, criadoras de sentidos múltiplos. O próprio Park ressalta que a notícia se assemelha à História porque lida com os acontecimentos, entretanto, para o repórter, o passado e o futuro somente interessam à medida em que jogam luz sobre o presente.

Tais asserções são importantes por situar o jornalismo como uma narração do real, que mantém relação dialógica com a cultura e a sociedade, sendo, contudo, uma prática invariavelmente mediada por sujeitos. Cabe notar que por trás das notícias se emaranha uma trama infinita de relações e percursos subjetivos. Todavia, o jornalismo informativo, no seu afã de se oferecer como imparcial e isento — esses que são valores poderosos enraizados nas ideologias do campo — lança mão de diversas estratégias produtivas que visam esconder as variadas mediações que realiza. Paradoxalmente, são precisamente as mediações técnicas engendradas pelos profissionais da área que permitem conceituar o jornalismo como uma forma de conhecimento, já que o discurso jornalístico jamais poderá ser confundido com a comunicação elementar, por exigir divisão do trabalho e saberes específicos (MORETZSOHN, 2007).

O processo de produção das notícias é complexo e atravessado, em todas as etapas, por seleções, exclusões, enquadramentos e hierarquizações que são conformados por crenças compartilhadas pela cultura profissional, além de fatores como tempo, linha editorial, interesses econômicos e políticos das empresas jornalísticas. Marcia Benetti Machado e Nilda Jacks consideram que

A mídia não está fora do mundo que pretende retratar. É imperfeita, complexa e inacabada como ele, e em seu interior se movem sujeitos plenos de pensamentos, ideias e interesses a defender. Mesmo quando esses interesses parecem ser nobres ou ter validade universal, mesmo nesses casos, jornalistas são sujeitos que lutam para conciliar seus critérios éticos e jornalísticos (o seu “news judgement”)

com informações que julgam relevantes e organizadas do ponto de vista que consideram mais adequado (MACHADO e JACKS, 2001, n.p.).

Em razão de tais determinantes, Machado e Jacks escrevem que o jornalismo pode e deve ser pensado sob o ponto de vista discursivo, ao tomarem como referência a definição de “formação discursiva”, introduzida por Michel Foucault:

Uma formação discursiva é comumente definida *como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito*. Parece uma definição obscura e intransponível, porque depende de si mesma para se fazer compreensível. Mas, quando entendemos que o sujeito sempre fala de um lugar, e que esse lugar pode ser diferente daquele que ocupou há um minuto, a noção começa a fazer sentido. Para “agarrar” uma formação discursiva, tarefa sempre difícil, o analista de discurso precisa trabalhar com certas regras de formação, ou seja, com aquelas regras que definem como um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos (MACHADO e JACKS, 2001, n.p.).

Escrutinando as estratégias de produção jornalísticas, com o objetivo de comentar as formações discursivas por elas suscitadas, as autoras conferem especial atenção aos muitos “apagamentos” que são fruto dos modos de fazer hegemônicos nas redações. O primeiro deles está relacionado ao contato com as fontes de informação. Segundo Machado e Jacks, os repórteres, ao reproduzir expressões e visões de mundo de suas fontes nos textos jornalísticos, fazem-no como se tais ideias fossem suas, considerando-se os donos de um discurso que provém de outro lugar.

Numa outra modulação dessa prática de ocultamento, o jornalista “apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de expressão” (MACHADO e JACKS, 2001, n.p.). Esse fenômeno pode ser percebido quando os jornalistas privilegiam, de maneira reiterada, determinados modos de fala, promovendo, em contrapartida, o silenciamento de outros modos de dizer. Embasadas no estudo *Efeitos do verbal sobre o não-verbal* (1995), de Eni Orlandi, Machado e Jacks observam que o silêncio é um componente das práticas discursivas: “Entre as definições conceituais, Orlandi define o silêncio constitutivo, ‘o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras)’[...]” (MACHADO e JACKS, 2001, n.p.).

A partir dessa visada, as autoras identificam uma série de interdições presentes no campo discursivo do jornalismo:

No jornalismo informativo, as interdições são normalmente claras. O jornalista “isento” não usa adjetivos, porque evita atribuir valores aos fatos. Não deve lançar mão da ironia, porque ela pode ser ofensiva. E deve evitar a todo custo a ambiguidade. Essas interdições, que constroem o silêncio relativamente “consensual” do jornalismo, definem, por outro lado, as estratégias de produção de um discurso notadamente jornalístico. O silêncio diz respeito aos enunciadores (...) e no campo jornalístico pode ser mais revelador do que a fala evidente. Vasculhar os silêncios do discurso jornalístico nos diz mais sobre

ele, suas intenções, seus interesses e sua força do que a análise de superfície da informação relatada (MACHADO e JACKS, 2001, n.p.).

Para o teórico Nelson Traquina (2005), não seria possível compreender as estratégias de produção das narrativas jornalísticas, sem uma reflexão aprofundada sobre a cultura profissional do campo, definida pelo autor como uma “comunidade interpretativa” que partilha quadros comuns de referência. Segundo Traquina, as notícias invariavelmente refletem o *ethos* especializado dos jornalistas e são modeladas pelas estruturas e processos que permeiam a profissão.

Na concepção do teórico está claro o caráter de construto das notícias, que podem ser consideradas “estórias” narradas pelos especialistas da área. Isso significa dizer que as notícias são um relato profundamente selecionado da realidade. Para receber existência pública, escreve Traquina, os acontecimentos devem passar pelo crivo dos valores-notícia legitimados pela comunidade jornalística.

Nessa perspectiva, ganha relevo a noção de “noticiabilidade”, que abarca as formas de valoração conferidas pelos profissionais aos eventos do cotidiano que ganharão visibilidade ou serão ocultados. Traquina define os critérios de noticiabilidade como “o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*‘newsworthiness’*)” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Nas palavras do autor, questão essencial relativa à problemática dos valores-notícia foi formulada pelo teórico italiano Mauro Wolf, para quem os valores-notícia estão presentes em toda a cadeia de produção noticiosa, despontando como método de seleção que abrange a instauração da pauta, a apuração dos acontecimentos e a hierarquização das informações. Ao tratar a construção da notícia sob perspectiva global, Wolf aponta diferenças entre “valores-notícia de seleção” e “valores-notícia de construção”.

Traquina esclarece que, para Wolf, os valores-notícia de seleção dizem respeito aos padrões utilizados pelos jornalistas para decidir se um acontecimento merecerá ser transformado em notícia. Tais padrões podem ser divididos em duas frentes: “a) Os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 78). A partir da explanação de Wolf, Traquina apresenta os **valores-notícia de seleção**, em termos de critérios substantivos: a) **Morte** - valor-notícia fundamental para a comunidade jornalística; b) **Notoriedade** - que diz respeito ao grau de reconhecimento do sujeito envolvido na ocorrência, se for membro da elite, pessoa famosa ou pertencente ao governo, maior a chance do acontecimento virar notícia; c) **Proximidade** - se o acontecimento é mais próximo geograficamente e culturalmente do veículo de comunicação, e, conseqüentemente, do seu público, maior a chance de ser noticiado; d) **Relevância** - diz respeito à possibilidade do acontecimento ter grande impacto sobre a vida das pessoas, dos países e das nações,

elevando sua chance de ser noticiado; e) **Novidade** - se um assunto é novo e nunca foi abordado pela mídia, é grande a possibilidade de que vire notícia; f) **Tempo** - esse valor-notícia diz respeito à atualidade do assunto, quanto mais recente a ocorrência, maior seu valor-notícia, g) **Notabilidade** – se liga à tangibilidade das coisas, sua qualidade de ser visível, observável, em detrimento de assuntos muito abstratos; h) **Inesperado** – trata-se do acontecimento que irrompe no cotidiano, subvertendo lógicas, rotinas e as regras; i) **Conflito** – valor-notícia fundamental ligado à controvérsia, violência física ou simbólica envolvendo, sobretudo, líderes políticos. j) **Infração** – Valor-notícia de acontecimentos que subvertem e violam as regras, como crimes; k) **Escândalo** – como no caso *Watergate*, que coloca o jornalista na condição de “vigilante” da sociedade democrática. Já em termos de critérios contextuais, os valores-notícia são: a) **Disponibilidade** - que diz respeito à viabilidade da empresa jornalística realizar a cobertura do acontecimentos); b) **Equilíbrio** – Valor-notícia ligado à frequência com que o assunto foi abordado, evitando-se a repetição; c) **Visualidade** - que diz respeito à rentabilidade visual de um assunto, quando permita boas imagens, filmes e fotografias; d) **Concorrência** – Prioridade conferida ao assunto ainda não abordado pelo concorrente; trata-se da busca pelo “furo” jornalístico.

A esses critérios de seleção somam-se os **valores-notícia de construção** que “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento da notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 78). São eles: a) **Simplificação** - que diz respeito à preferência por acontecimentos menos ambíguos e complexos, que possam ser prontamente compreendidos (sua prevalência leva à reiteração de clichês e estereótipos); b) **Amplificação** – Valor-notícia ligado à possibilidade do assunto atingir consequências amplas, galgando maior notoriedade; c) **Relevância** – esse valor está ligado ao “sentido” conferido ao acontecimento, quanto maior o sentido criado pela comunidade jornalística, maior a possibilidade da notícia ser notada; d) **Personalização** – trata-se da valorização das pessoas envolvidas no acontecimento, quanto maior a valorização dos “personagens”, maior chance da notícia ser notada, pois desperta o interesse humano); e) **Dramatização** - diz respeito à exploração dos aspectos mais críticos e conflitivos de um assunto, suscetíveis ao apelo emocional; f) **Consonância** - diz respeito à facilidade que um assunto oferece para ser enquadrado em esquemas narrativos anteriores, propiciando a utilização de chaves de interpretação já assimiladas pelo público.

A partir dessa exposição, Traquina conclui que os valores-notícia, além de permitirem organizar de modo ágil o vasto material que chega às redações diariamente, tornam as notícias estáveis e previsíveis, produzindo efeitos na maneira como a realidade pode ser percebida. Para os jornalistas, os valores-notícia “servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir” (TRAQUINA, 2005, p. 94).

Agora que discutimos as dinâmicas mais frequentes relativas aos valores-notícia, observando os padrões de seleção e hierarquização que eles estabelecem, cabe discutir sob quais “lentes” o jornalismo brasileiro tem observado a Amazônia.

JORNALISMO E AMAZÔNIA: A PRODUÇÃO INDEPENDENTE DA AGÊNCIA *AMAZÔNIA REAL*

A revisão de estudos acadêmicos que escrutinam a relação entre mídia e discursividades instauradas a respeito da Amazônia na contemporaneidade (BUENO 2002; SANTOS, 2002; CARVALHO, 2009; FERREIRA, 2011; SANTOS, 2017) revela que as narrativas jornalísticas dos veículos hegemônicos não se desvincularam completamente da descrição instaurada pelos colonizadores, exploradores, missionários, naturalistas e governos militares, realizadas em momentos históricos distintos, e que alimentaram o imaginário sobre o imenso vazio demográfico na região amazônica, estimulando a dicotomia centro-periferia.

De acordo com Magali Bueno (2002, p. 6) “os estereótipos associados à Amazônia são atualizados diariamente pela imprensa, e embora a maioria deles tenha se perdido, remetem às concepções de Amazônia que vêm sendo construídas e reconstruídas há cinco séculos”. Em seu trabalho de mestrado, Bueno (2002) analisou reportagens sobre a Amazônia veiculadas por três grandes revistas brasileiras, *O Cruzeiro*, *Realidade* e *Veja*, entre as décadas de 1950 e 2000. A autora destaca que, na maioria das imagens veiculadas nessas revistas, é evidente a preferência dos fotógrafos por explorar a floresta e a imensidão dos rios, privilegiando um “ponto de vista de contemplação bucólica da natureza, ou da destruição dela, como denúncia” (BUENO, 2002, p. 6). Nas reportagens realizadas entre os anos 1950 e 2000, elucida Bueno, há quatro tipos de imagens prevaletes: foto aérea de grande distância (que remete à imensidão da região), desmatamento, estradas e índios.

Ainda de acordo com Bueno, nas quatro décadas observadas, as revistas trouxeram imagens muito semelhantes sobre a Amazônia, porém, acompanhadas de textos portadores de conteúdos bastante diversos. Em seu entendimento, isso confirma a ambiguidade de discursos responsáveis pela construção do imaginário sobre a região. Não por acaso, escreve a autora, a observação às narrativas criadas pelas revistas permite constatar as modificações de concepções sobre a Amazônia ao longo dos anos, pois o que representava progresso em determinado momento é tomado, no discurso jornalístico, como símbolo de destruição em décadas posteriores. Para Bueno, dado bastante relevante nesse sentido foi a ascensão do discurso ambientalista nos anos 1980, que sobrepujou todos os outros tipos de preocupação com a região.

A autora diagnostica o tom prevaletente das narrativas midiáticas sobre a Amazônia em períodos recentes:

É possível dizer que, na fase atual, o discurso sobre a região privilegia a floresta e as formas de vida diretamente associadas a ela – neste sentido, o indígena é um elemento importante nessa representação, pois vive em harmonia com a mata. O homem comum pouco aparece, mesmo aquele “caboclo”, tão presente nas reportagens da década de 1950. Parece haver uma desumanização da região, existindo apenas a floresta (BUENO, 2002, p. 136).

A essas asserções preliminares sobre as produções de sentido efetivadas pelo campo jornalístico na abordagem que propõe da Amazônia, gostaríamos de contrapor as observações a respeito do jornalismo praticado pela *Amazônia Real*, que, em nosso entendimento, se coloca na contramão do olhar exógeno lançado sobre a região.

A *Amazônia Real* é uma agência de notícias sediada na cidade de Manaus, no Amazonas. Criada em 2014 pelas jornalistas Kátia Brasil (editora executiva) e Elaíze Farias (editora de conteúdo), a agência apresenta diferencial na cobertura de assuntos amazônicos, atribuindo novos olhares para as questões peculiares da região e do povo local, tais como conflitos agrários, desmatamento, queimadas, demarcações, bem como as formas de vida das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Uma marca bem definida da linha editorial da *Amazônia Real* é priorizar em suas reportagens esses grupos socialmente vulneráveis, eclipsados na agenda de notícias da mídia nacional hegemônica. De modo geral, as pautas do veículo gravitam em torno de questões políticas, ambientais, culturais e econômicas presentes no cotidiano da região Norte. Na sua página de abertura⁴, a *Amazônia Real* destaca suas finalidades:

“As jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras e diretoras da **Amazônia Real**, trabalharam por muitos anos na grande imprensa brasileira e observaram que os temas relacionados às questões da Amazônia eram de pouco interesse das redações tradicionais, principalmente quando o assunto eram povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, defensores ambientais, mulheres, crianças e adolescentes, migrantes, entre outros.

Em grande medida, apenas escândalos ou assuntos “exóticos” rompiam o bloqueio das redações, sediadas localmente ou a muitos quilômetros da Amazônia.

Para garantir que as comunidades tradicionais tenham acesso à mídia, a **Amazônia Real** criou uma rede de jornalistas em 2014 com profissionais remunerados por meio de bolsas de reportagens e fotografia nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, além de colaboradores no Mato Grosso do Sul, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Atualmente essa rede conta com as participações de mais de 40 profissionais, entre editores, repórteres e fotógrafos, desenvolvedores, designers, social media, colunistas, etc.”.

O jornalismo desenvolvido pela *Amazônia Real* segue o modelo de negócios da *Agência Pública*, de São Paulo, ou seja, jornalismo independente que conta com financiamento coletivo (*crowdfunding*). De acordo com a jornalista Kátia Brasil, na concepção da *Amazônia Real* foi fundamental a ideia da democratização da informação e do jornalismo sem fins lucrativos, desvinculado de interesses políticos e econômicos que pudessem interferir sobre o conteúdo editorial (SANTOS, 2017).

Na *Amazônia Real* existem cinco editorias que abrangem aspectos sensíveis presentes na realidade da Amazônia: *Questão Agrária, Economia & Negócio, Povos Indígenas, Meio*

⁴ <https://amazoniareal.com.br/>

Ambiente, Cultura e Política. Em torno desses grandes eixos gravitam os assuntos publicados pela agência.

Com o objetivo de identificarmos as formações discursivas criadas pela agência, acompanhamos as notícias publicadas pelo veículo durante quatro meses, entre setembro e dezembro de 2020. O método utilizado foi a recolha diária de todo o material veiculado na página de abertura do portal, mas tomando as semanas de maneira intermitente, de modo a garantir uma amostragem mais diversificada no período da recolha. Esse método nos levou a apanhar notícias divulgadas pela agência durante a primeira semana completa do mês de setembro de 2020; a segunda semana completa do mês de outubro de 2020, a terceira semana completa do mês de novembro de 2020 e a quarta semana completa do mês de dezembro de 2020. Com efeito, as primeiras matérias coletadas têm como janela o período que vai de 6 a 12 de setembro de 2020. A segunda amostragem tem como janela o período que compreende de 11 a 17 de outubro de 2020. A terceira amostragem tem como janela o período de 15 a 21 de novembro de 2020 e, por último, a quarta amostragem tem como janela o período entre 20 e 26 de dezembro de 2020. No total, 24 reportagens ganharam destaque durante os quatro meses de coleta do material.

A partir deste material, constatamos que, do ponto de vista dos modos de produção jornalística, algumas características gerais se destacam nas notícias da *Amazônia Real*. Notamos que a agência se aproveita do ambiente digital para propor a elaboração de reportagens com grande extensão - o que denota a escolha por uma abordagem aprofundada dos assuntos tratados. Por outro lado, ao não se restringirem aos temas factuais, muitas reportagens têm temporalidade distendida, podendo ser lidas por períodos mais longos, o que elimina o caráter perecível característico das notícias presentes nos jornais cotidianos.

A agência também se vale do ambiente digital para explorar a documentação do material jornalístico, com a criação de *hiperlinks* que levam a documentos e relatórios relacionados a assuntos apurados pela reportagem. Nota-se, ainda, que a agência se vale do ambiente digital para explorar visualmente os conteúdos narrados — cada reportagem da *Amazônia Real* traz número significativo de fotografias que servem como informação aos temas tratados, bem como de infografias que cumprem a mesma função.

Nas reportagens, se observa, ainda, a presença marcante de organizações comunitárias e lideranças indígenas como fontes de informação. Constata-se que os personagens concernidos nas narrativas jornalísticas da *Amazônia Real*, em grande parte indígenas, quilombolas e ribeirinhos, são prioritariamente consultados nos relatos, em detrimento de afirmações de especialistas e técnicos que falem em seu nome. Essa escolha leva a *Amazônia Real* a se distinguir do jornalismo de dados oficiais, marcado por estatísticas contidas em *releases* dos institutos ligados ao governo, que comumente emoldura as práticas do jornalismo hegemônico, quando o assunto é Amazônia.

No quesito fontes de informação, devemos lembrar, com Stuart Hall *et. al.* (1993), que as fontes oficiais (instituições, autoridades, governo) reproduzem as estruturas de

poder e, pela credibilidade que possuem, é grande a probabilidade de terem suas perspectivas aceitas, tornando-se os “definidores primários” do assunto em questão. Stuart Hall *et. al.* sugerem que quando consultadas prioritariamente numa cobertura jornalística, as fontes oficiais definem a maneira como os assuntos serão abordados (enquadrados) durante todo o tempo em que o tema for notícia.

Para exemplificar as estratégias acionadas pela *Amazônia Real* na construção de seus relatos, tomaremos como referência duas reportagens escolhidas aleatoriamente, dentre as 24 recolhidas em nossa investigação durante os meses de setembro a dezembro, pois não seria possível explorarmos o material completo no espaço desse trabalho. Nesta aproximação com a empiria, nosso gesto analítico se voltará para as fontes de informação consultadas, os enquadramentos jornalísticos propostos e a utilização do material visual — elementos que se não são unicamente responsáveis pela construção do discurso jornalístico, respondem, em grande parte, por seus efeitos de sentido.

Na reportagem intitulada *Malária potencializa risco de morte por Covid-19 entre os Yanomami*⁵, publicada no dia 08 de setembro de 2020, na Editoria *Povos Indígenas*, o enquadramento jornalístico privilegiou matizar que o aumento dos casos de malária e Covid-19 na Terra Indígena Yanomami possui relação direta com a invasão dos garimpeiros no território, de mais de 9,4 milhões de hectares. Na matéria, o argumento central é de que a malária, uma doença endêmica na Terra Yanomami, tornou-se uma comorbidade que potencializa o risco de morte por Covid-19 entre os indígenas. O texto propõe uma relação direta entre as mortes Yanomami e as atividades ilegais na região, pois os garimpeiros intervêm no meio ambiente, desmatando e modificando a paisagem natural, o que interfere no equilíbrio do ecossistema, acarretando impactos na população de mosquitos causadores da malária.

As principais fontes consultadas nessa reportagem foram a Rede Pró-Yanomami e Ye’Kwana, organização que faz o monitoramento da pandemia do novo coronavírus na Terra Indígena Yanomami; as lideranças Yanomami; o coordenador da Associação Kurikama Yanomami, Samuel Kohito Yanomami, que representa as comunidades dos rios Marauíá e Preto, localizadas no município de Santa Isabel do Rio Negro, a 846 quilômetros de Manaus; o médico Paulo Basta, que faz parte da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integra a Rede de Pesquisadores e Apoiadores dos Povos Yanomami e Ye’kwana; o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Yanomami, órgão vinculado ao Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

No caso dessa reportagem, identificamos a presença de oito seções (A devastação do território pelo garimpo; O que é a malária; O sofrimento em Marauíá; Falta o dinheiro do avião; Mourão prometeu e não cumpriu; O que é a Covid?; Os números da pandemia; Sem testagem nas comunidades), cujo objetivo foi aprofundar o assunto abor-

⁵ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/malaria-potencializa-riscos-da-covid-19-entre-os-yanomami-08-09-2020/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

dado por diferentes perspectivas. Notamos também a presença de infografia para tratar como informação visual a incidência de malária por 1000 habitantes nos polos base da Terra Yanomami, assim como sete fotografias amplas (número considerável) mostrando, prioritariamente, os povos indígenas sendo atendidos nos postos de saúde ou recebendo instruções de equipes de enfermagem em reuniões comunitárias.

Já na reportagem intitulada *Amazônia em Chamas: Sobrevoos flagra avanço da degradação ambiental no território Munduruku*⁶, publicada no dia 12 de outubro de 2020, na Editoria *Meio Ambiente*, o enquadramento privilegiou a denúncia das queimadas que aumentam a cada ano. Na ocasião da reportagem, a *Amazônia Real*, em parceria com a *Amazon Watch*, realizou sobrevoos na região, na rota que incluiu as Florestas Nacionais (Flona) Jamanxim, Tapajós e Crepori, o Parque Nacional do Tapajós, a Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e as Terras Indígenas Munduruku, Bragança-Murituba, Munduruku-Taquara e Sawré Muybu. As jornalistas Elaíze Farias e Marizilda Cruppe, que assinam a matéria, narram no *lead*: “Do sudoeste até o extremo sul do Pará, na bacia do rio Tapajós, a fumaça de queimadas e de incêndios florestais encobre sedes de municípios e rodovias. Nas cidades de Trairão, Aveiro e Belterra, no sudoeste paraense, e Jacareacanga, no extremo sul, a atmosfera tem pouca visibilidade e o ar é sufocante, numa tóxica combinação de fumaça de queimadas em suspensão e névoa matinal. Mesmo na floresta tropical e úmida, a copa das árvores está sucumbindo não apenas às temporadas de fogo recorrentes, mas ao aumento das queimadas a cada ano e à degradação ambiental”. O texto segue narrando os ataques do fogo espesso à biodiversidade e às populações indígenas, com atenção especial ao território Munduruku.

Na reportagem, uma das principais fontes de informação é a liderança indígena Alessandra Korap Munduruku. Sua fala abre o relato, seguida pelos comentários de Arthur Massuda, analista de geoprocessamento que acompanhou o sobrevoos para identificar os pontos de queimada. Na matéria falamos, ainda, a pesquisadora Camila Ramos, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que a pedido do *Amazônia Real* analisou os focos de calor na região; o pesquisador Paulo Barreto, do *Imazon*, e o vice-presidente da Federação de Moradores da Flona Tapajós, Victor Fernandes. Na matéria, a *Amazônia Real* afirma ter procurado o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, a Funai e o Ministério da Defesa para se pronunciarem sobre as ações do governo no combate às queimadas, incêndios e ilícitos nas áreas sobrevoadas, mas, segundo as jornalistas Elaíze Farias e Marizilda Cruppe, apenas o Ministério da Defesa respondeu em nota que se limitava a fornecer informações institucionais sobre a área abrangida.

Nessa reportagem, que contém quatro seções (Pressão sobre terras indígenas e UCs; Garimpagem e baixa fiscalização; O que diz o governo Bolsonaro; A pressão sobre florestas nativas) nota-se o aprofundamento do assunto sob perspectivas distintas. No que diz respeito à informação visual, pode-se afirmar que há imagens muito parecidas com

⁶ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/amazonia-em-chamas-sobrevoos-flagra-avanco-da-degradacao-ambiental-no-territorio-munduruku-12-10-2020/> Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

aquelas comumente divulgadas pela grande mídia, pois predominam os registros aéreos da floresta em chamas. Contudo, é importante notar que ao lado de tais imagens um vídeo feito durante o sobrevoo apresenta as queimadas, os pastos, os garimpos, mas, principalmente, a destruição que avança sobre as unidades de conservação e territórios dos indígenas Munduruku, o que confere alguma singularidade ao campo imagético explorado. Na reportagem, dois infográficos fortalecem esse sentido, pois seus recursos gráficos são utilizados para apontar os focos de queimadas e de calor nas unidades de conservação (áreas protegidas). A esse respeito vale lembrar que questões locais do território amazônico, como terras indígenas e criação de áreas protegidas, receberam pouca atenção da mídia hegemônica nos últimos anos (CARVALHO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme notaram Machado e Jacks (2001, n.p.), para identificar uma formação discursiva é preciso observar as “regras que definem como um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos”. Muitas das reportagens produzidas pela *Amazônia Real* podem ser aproximadas por se fazerem portadoras de vozes dos povos tradicionais, suas representações, lideranças, organizações e associações, deixando falar os sujeitos oriundos da Amazônia, assim como especialistas, técnicos e pesquisadores envolvidos com as questões da região. Além de acrescentar aos relatos o olhar endógeno, que fala de “dentro” e de “perto”, tal iniciativa confronta o modo como, cultural e historicamente, foram forjados os discursos sobre a Amazônia, proferidos por atores externos a ela.

Ao priorizar fontes de informação e enquadramentos que valorizam as perspectivas locais, a agência produz sentidos sobre uma Amazônia povoada, humanizada, múltipla, diversa e heterogênea, que não se permite reduzir a questões ambientais. Nas narrativas da *Amazônia Real*, a Amazônia que se constrói é plural, exprimindo a existência de povos pertencentes às mais variadas culturas e atividades. Nesse sentido, a informação visual se torna preponderante. Nas reportagens, as fotografias assumem posição de protagonismo junto aos textos narrados, ambos sendo complementares, abrindo novas possibilidades interpretativas em relação à Amazônia que se vê. Para além da natureza exuberante, o material visual explora os modos de vida dos povos amazônicos, suas habitações, culinária, trabalho, atividades econômicas e formas de organização política e cultural.

No que tange aos critérios de noticiabilidade, a *Amazônia Real* questiona as ideologias do campo jornalístico, priorizando valores-notícia que possibilitam tornar pública a existência de espaços sociais invisíveis, assim como estórias de sujeitos anônimos e vulneráveis, sob enquadramentos que evitam os apelos exóticos ou espetaculares. Em conjunto, os enunciados da *Amazônia Real* redundam em formações discursivas que subvertem aquilo que “pode” e o que “não pode” ser dito sobre a Amazônia, configurando uma forma contra-hegemônica de jornalismo, resistente às concepções colonizadoras e homogeneizantes sobre a região.

Trata-se de formações discursivas que desestabilizam a dicotomia eu/outro na concepção desse espaço. A partir de seu discurso, marcado pelo olhar endógeno, a *Amazônia Real* propõe uma compreensão mais integral sobre a Amazônia, diversificando as vozes que falam sobre a região no jornalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, Coimbra, p. 17-38. set. 2015.
- BERGER, Christa; ALMEIDA Florczak Almeida. Notícias do Brasil: o jornalismo e o tempo presente. In: In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto (orgs.). **Jornalismo, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 122-136.
- BUENO, Magali F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 1-197.
- CARVALHO, Clarissa. P.G. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p.1-126.
- FERREIRA, Tatiana N. A. **Amazônia e webjornalismo: discursos sobre sociedade e meio ambiente**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém, 2011. p. 1-120.
- FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto. Apresentação. In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto (orgs.). **Jornalismo, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 7-10.
- STUART, HALL *et. al.* A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-247.
- IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MACHADO, Marcia B.; JACKS, Nilda. **O Discurso jornalístico**. Biblioteca Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação Social. 2001. n.p. Disponível: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf. Acesso em: 15/02/2021.
- MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade do jornalismo tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Trabalho apresentado no **XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 11 a 14 de junho de 2019**. p. 1-21.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1976.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia, as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.
- SANTOS, Josiane dos. Os discursos sobre Amazônia a partir do *Portal Amazônia* e da agência *Amazônia Real*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. p. 1-217.
- SANTOS, Vanja J. B. **Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira**. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará e do Departamento de Comunicação Social do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal da Bahia. Belém, 2002. p. 1-141.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.